



**Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Migrações
Coordenação-Geral de Política Migratória**

**PANORAMA MIGRATÓRIO NOS MUNICÍPIOS MEMBROS DA REDE NACIONAL DE CIDADES
ACOLHEDORAS (RNCA)**

Documento elaborado por Ludmylla Almeida de Souza Souto, Chefe da Divisão de Nacionalidade e Apatridia, Coordenação-Geral de Política Migratória (DNA/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP) e validado por Clarissa Teixeira Araújo do Carmo (CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP).

Brasília, julho de 2025

Em maio de 2025, a Coordenação-Geral de Política Migratória (CGPMIG) disponibilizou um formulário aos municípios integrantes da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA), com o objetivo de identificar os principais desafios e avanços locais no acolhimento de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas (MRA).

O levantamento teve como finalidade subsidiar a definição de prioridades e ações estratégicas da RNCA para o ano de 2025, com base em um diagnóstico alinhado às realidades locais. Além disso, busca fortalecer a articulação entre os municípios e os demais atores envolvidos na temática e contribuir para o aprimoramento da governança migratória e de refúgio no Brasil.

O formulário foi elaborado para permitir múltiplos preenchimentos por município, por profissionais com conhecimento técnico ou que atuam diretamente na implementação de políticas públicas voltadas à MRA, conforme suas respectivas áreas de atuação.

A **estrutura** do formulário foi dividida em seções temáticas, conforme descrito a seguir:

1. **Identificação do Município:** Para reunir informações básicas sobre o município participante e a área de atuação do respondente.
2. **Saúde:** Para coletar informações sobre o acesso da população MRA aos serviços de saúde, incluindo ações desenvolvidas, barreiras e práticas de acolhimento.
3. **Educação:** Para levantar dados sobre a inserção de estudantes MRA na rede municipal de ensino, com foco nas estratégias de acolhimento e desafios.
4. **Trabalho e Qualificação Profissional:** Para obter informações sobre ações, programas e políticas voltadas à inclusão da população MRA no mercado de trabalho local, além dos principais entraves.
5. **Assistência Social:** Para identificar iniciativas de atendimento socioassistencial direcionadas à população MRA, bem como os obstáculos no acesso aos serviços da rede de proteção social.
6. **Políticas e Gestão Municipal:** Para mapear a existência de políticas públicas, legislações, conselhos ou comitês voltados à população MRA, e identificar os principais desafios da gestão municipal em termos de atendimento e inclusão.

Durante o período em que o formulário esteve disponível, foram recebidas 20 respostas, provenientes de 17 municípios — sendo 15 membros da RNCA e 2 que ainda não aderiram formalmente à Rede.

Quadro 1 - Respostas por seção temática

Seção temática	Número de respostas
Saúde	1

Educação	1
Trabalho e Qualificação Profissional	0
Assistência Social	13
Políticas e Gestão Municipal	20

A análise das respostas por seção temática revelou um maior engajamento na seção "Políticas e Gestão Municipal" (20 respostas) e "Assistência Social" (13 respostas). As seções de Saúde e Educação tiveram apenas uma resposta cada, e a seção de Trabalho e Qualificação Profissional não recebeu nenhuma contribuição. Isso sugere uma lacuna na coleta de dados e no engajamento dos municípios nessas áreas específicas.

Esses dados indicam um maior engajamento dos municípios na dimensão institucional e de gestão da política migratória. Destaca-se também a participação da área de Assistência Social, que contou com 13 respostas, evidenciando o papel relevante que esse setor tem desempenhado no atendimento à população migrante, refugiada e apátrida no contexto local.

Quadro 2 - Municípios e Áreas Temáticas Respondidas

Nº	Município	Seções respondidas
1	Amparo/SP	Políticas e Gestão Municipal
2	Juiz de Fora/MG	Políticas e Gestão Municipal
3	Maringá/PR	Políticas e Gestão Municipal
4	Sinop/MT	Educação; Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
5	Itajaí/SC	Saúde; Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
6	Distrito Federal/DF	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
7	Itabuna/BA	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
8	Una/BA	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
9	Lauro de Freitas/BA	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
10	Corumbá/MS	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
11	Marabá/PA	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
12	Foz do Iguaçu/PR	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
13	Nova Iguaçu/RJ	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
14	Caxias do Sul/RS	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
15	Pacaraima/RR	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
16	Porto Seguro/BA*	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal
17	São Francisco do Conde/BA*	Assistência social e Políticas e Gestão Municipal

*Municípios que não aderiram à RNCA formalmente.

1. Análise

O quadro abaixo apresenta, por município, um panorama das estimativas de pessoas MRA atendidas no último ano, as áreas temáticas de atendimento e as principais nacionalidades identificadas. Os dados revelam uma **diversidade** entre o público atendido,

com a **Venezuela** sendo a nacionalidade mais frequentemente mencionada. Essa predominância se justifica pelo significativo fluxo de venezuelanos que entraram no Brasil nos últimos anos, especialmente pela fronteira com Roraima. De fato, a Venezuela representa a maior parcela da população migrante e refugiada no país, conforme dados do OBMigra (2024). Além disso, outras nacionalidades que se destacam são **Colômbia, Haiti, Afeganistão e Cuba**, o que reflete os fluxos migratórios recentes no Brasil.

Quadro 3 - Estimativa de Pessoas Atendidas e Nacionalidades

Nº	Município	Área Temática	Estimativa de pessoas atendidas	Principais nacionalidades
1	Itabuna/BA	Assistência Social	Até 100 pessoas	Venezuela; Não sei informar; Afeganistão;
2	Una/BA	Assistência Social	Até 100 pessoas	Afeganistão; Venezuela; Não sei informar;
3	Lauro de Freitas/BA	Assistência Social	De 101 a 500 pessoas	Venezuela; Colômbia; Afeganistão
4	Distrito Federal/DF	Assistência Social	De 1.001 a 5.000 pessoas	Venezuela; Colômbia; Haiti
5	Sinop/MT	Assistência Social	Até 100 pessoas	Venezuela; Haiti; Colômbia
6	Sinop/MT	Educação	De 101 a 500 pessoas	Cuba; Haiti; Venezuela
7	Corumbá/MS	Assistência Social	De 1.001 a 5.000 pessoas	Venezuela; Colômbia; Haiti
8	Marabá/PA	Assistência Social	De 101 a 500 pessoas	Venezuela; Cuba; Não sei informar
9	Foz do Iguaçu/PR	Assistência Social	De 1.001 a 5.000 pessoas	Venezuela; Colômbia; Paraguai, Argentina, Chile
10	Nova Iguaçu/RJ	Assistência Social	De 101 a 500 pessoas	Venezuela; Afeganistão; Outro: Peru, Bolívia e Angola
11	Caxias do Sul/RS	Assistência Social	De 1.001 a 5.000 pessoas	Venezuela; Haiti; Senegal
12	Pacaraima/RR	Assistência Social	De 1.001 a 5.000 pessoas	Venezuela; Colômbia; Cuba;
14	Porto Seguro/BA	Assistência Social	De 101 a 500 pessoas	Colômbia; Venezuela; Argentina
15	Itajaí/SC	Saúde	De 501 a 1.000 pessoas	Haiti
16	Amparo/SP	Não preencheu as informações de estimativas de pessoas atendidas e nacionalidades.		
17	Juiz de Fora/MG	Não preencheu as informações de estimativas de pessoas atendidas e nacionalidades.		

18	Maringá/PR	Não preencheu as informações de estimativas de pessoas atendidas e nacionalidades.
----	------------	--

Observa-se variações significativas na quantidade de pessoas atendidas entre os municípios, e, em alguns casos, a gestão indicou mais de três nacionalidades (limite estabelecido para a pergunta), isso pode indicar tanto uma ampla diversidade do público quanto desafios em estabelecer um recorte mais restrito, especialmente em cenários de alta rotatividade. Esses fatores podem estar diretamente relacionados a características do município, como sua localização (se fronteira ou não) e seu porte, que influenciam os fluxos migratórios e a demanda por serviços.

Além disso, a ausência de informações em alguns municípios evidencia desafios na sistematização e no monitoramento de dados, o que compromete a compreensão integral do cenário. Essa lacuna pode decorrer da falta de registros precisos ou do desconhecimento da nacionalidade específica das pessoas atendidas. Diante desse contexto, torna-se essencial qualificar os mecanismos de registro, escuta e acompanhamento da população MRA, de modo a subsidiar ações mais direcionadas no planejamento e na execução das políticas públicas locais.

1.1 Principais Barreiras e Desafios Identificados

Para entender as dificuldades no acolhimento e integração de pessoas MRA, perguntou-se aos municípios “Quais as principais barreiras enfrentadas por pessoas migrantes, refugiadas e apátridas para acessar os serviços públicos no município?”. A análise das respostas revela um cenário complexo, com desafios interligados que comprometem o acesso a serviços básicos e a integração dessas pessoas na comunidade de acolhida. As "ocorrências" indicam a frequência com que cada barreira foi mencionada pelos representantes dos municípios.

- **Barreiras linguísticas e de comunicação (22 ocorrências)**

A dificuldade de comunicação foi uma das questões mais recorrentes nas respostas. A falta de profissionais bilíngues ou de materiais traduzidos impede o acesso de pessoas MRA a serviços essenciais, especialmente em assistência social, educação e saúde.

- **Capacitação insuficiente dos profissionais (21 ocorrências)**

A ausência de formação continuada para servidores e profissionais das redes de atendimento compromete a qualidade do serviço, sobretudo em situações que demandam sensibilidade intercultural e conhecimento específico sobre os direitos e particularidades da população MRA.

- **Discriminação, xenofobia e preconceito (18 ocorrências)**

Casos de discriminação em unidades de atendimento público, muitas vezes por falta de sensibilidade e capacitação de servidores, inibem a busca por serviços e dificultam a integração social das pessoas MRA.

- **Dificuldade na coleta e sistematização de dados (16 ocorrências)**

A ausência de dados atualizados e sistematizados sobre a presença e as condições de vida de migrantes, refugiados e apátridas dificulta o planejamento, a alocação de recursos e a avaliação de ações implementadas.

- **Falta de orçamento público (13 ocorrências)**

A escassez de recursos financeiros foi citada como uma barreira estrutural para a implementação e a consolidação de políticas públicas voltadas à população MRA.

- **Inexistência de políticas públicas locais específicas (12 ocorrências)**

Muitos municípios relataram a ausência de políticas públicas formuladas com foco na população MRA, o que evidencia a necessidade de ações estruturadas a nível local.

- **Falta de informação (7 ocorrências)**

A falta de informação representa uma barreira dupla: de um lado, um número significativo de pessoas MRA desconhece seus direitos e o funcionamento da rede de serviços públicos; de outro, muitos servidores públicos ainda carecem de conhecimento aprofundado sobre a legislação e as especificidades dessa população. Essa lacuna, presente em ambos os lados, compromete a qualidade do atendimento e limita o acesso efetivo aos direitos garantidos.

- **Falta de documentação (7 ocorrências)**

A ausência ou a dificuldade de obtenção de documentos válidos representa um entrave recorrente, e afeta o acesso a matrículas escolares, benefícios assistenciais e demais serviços sociais.

- **Altos índices de informalidade e subemprego (3 ocorrências)**

A inserção precária no mercado de trabalho, caracterizada por altos níveis de informalidade e subemprego, configura-se como uma realidade frequente, limitando a autonomia e dificultando a integração socioeconômica das pessoas MRA.

- **Falta de vagas em serviços públicos (2 ocorrências)**

A insuficiência de vagas em escolas públicas e, em alguns casos, em abrigos, foi apontada como um desafio, que afeta a população MRA.

Os desafios identificados demonstram a importância da adoção de medidas integradas e transversais para fortalecer a capacidade dos municípios em acolher e garantir acesso a direitos à população MRA. É necessário investir na capacitação contínua dos profissionais, eliminar barreiras linguísticas e culturais, e mitigar a discriminação institucional.

Ao mesmo tempo, é fundamental aprimorar a coleta e o uso de dados para viabilizar um planejamento mais eficaz e uma alocação eficiente de recursos, além de garantir um orçamento público compatível com as demandas locais. A formulação e implementação de políticas públicas específicas, aliadas à ampliação do acesso à informação e à documentação, são essenciais para promover a inclusão social e econômica da população MRA.

Por fim, o enfrentamento dos altos índices de informalidade e subemprego, bem como a ampliação da oferta de vagas em serviços públicos, devem ser prioridades para assegurar uma integração digna e sustentável das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas nos municípios brasileiros.

1.2 Necessidades de Apoio

Os municípios manifestaram diferentes necessidades de apoio que refletem os desafios enfrentados no acesso à direitos e no atendimento à população MRA. Entre as demandas mais expressivas estão a necessidade de recursos humanos e financeiros adequados, fundamentais para a implementação e sustentabilidade das políticas e programas voltados a essa população. Há também a urgência na criação e fortalecimento de políticas públicas específicas, capazes de responder de forma efetiva às especificidades e demandas.

Outro ponto importante é a capacitação contínua dos servidores públicos, com o objetivo de proporcionar um atendimento mais qualificado e sensível às especificidades culturais e sociais das pessoas MRA. Além disso, para aprimorar o planejamento e o monitoramento das ações, os municípios demandam apoio técnico especializado na coleta e análise de dados. A integração ao mercado de trabalho, assim como a oferta de qualificação profissional, surge como estratégia essencial para promover a autonomia e a inclusão econômica dessa população.

Além disso, os municípios solicitam suporte técnico para a elaboração de políticas públicas, que possa orientá-los na construção de marcos legais e institucionais adequados. A melhoria dos fluxos de acesso a serviços essenciais — como saúde, educação, trabalho e assistência social — também é uma necessidade recorrente, de modo a garantir a efetividade do atendimento. Para promover um ambiente acolhedor e inclusivo, destaca-se a importância de ações de combate à xenofobia e discriminação. Por fim, a ampliação da estrutura de abrigamento é apontada como fundamental para suprir a demanda por moradia temporária, e contribuir para a proteção e dignidade das pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade.

1.3 Boas Práticas

Alguns municípios destacaram a implementação de iniciativas e boas práticas que podem servir como referência para outros municípios. Entre elas, destacam-se a criação de leis que instituem selos de qualidade para empresas que promovem o acolhimento de migrantes; a realização de eventos focados na promoção dos direitos humanos e da temática migratória e de refúgio e apatridia; feiras culturais que valorizam a diversidade; além da oferta de cursos de português como língua de acolhimento para pessoas MRA e programas de capacitação sobre a temática para servidores públicos.

Nesse contexto, a **RNCA é reconhecida como um espaço fundamental para a troca de experiências, para o fortalecimento das políticas públicas em âmbito local e federal**, e para a construção de estratégias sistemáticas que enfrentem os desafios dos fluxos migratórios atuais. A participação na Rede é amplamente valorizada pelos municípios como uma oportunidade estratégica para aprimorar a capacitação técnica, fomentar a articulação entre diferentes práticas bem-sucedidas e garantir o acesso a apoio interinstitucional qualificado.

Dos 17 municípios que responderam ao formulário, 12 relataram desenvolver alguma política, programa ou iniciativa voltada ao atendimento de pessoas MRA. As ações estão concentradas, principalmente, nas áreas de moradia, assistência social e educação.

Quadro 4 – Programas, ações ou iniciativas para MRA

Nº	Município	Assistência Social / Educação/ Moradia
1	Sinop/MT	Oferta de abrigo temporário; Busca ativa escolar; Encaminhamento para PAIF/PAEFI; Capacitação de profissionais da assistência social.
2	Itabuna/BA	Abrigos ou casas de passagem; Aluguel social ou benefícios habitacionais; Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória).
3	Una/BA	Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória)
4	Lauro de Freitas/BA	Capacitação de profissionais da assistência social sobre legislação migratória, de refúgio e apatridia; Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória etc.; Acompanhamento familiar no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família); Parcerias com organizações da sociedade civil ou organismos internacionais para ações conjuntas.
5	Distrito Federal/DF	Capacitação de profissionais da assistência social sobre legislação migratória, de refúgio e apatridia; Produção de materiais informativos multilíngues sobre direitos socioassistenciais; Acompanhamento familiar no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família); Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória etc.); Parcerias com organizações da sociedade civil ou organismos internacionais para ações conjuntas.
6	Corumbá/MS	Abrigos ou casas de passagem específicos para a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
7	Marabá/PA	Abrigos ou casas de passagem específicos para a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.
8	Foz do Iguaçu/PR	Capacitação de profissionais da assistência social sobre legislação migratória, de refúgio e apatridia; Acompanhamento

		familiar no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família); Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória etc.); Parcerias com organizações da sociedade civil ou organismos internacionais para ações conjuntas.
9	Nova Iguaçu/RJ	Acompanhamento familiar no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família); Oferta de abrigos ou casas de passagem específicas para essa população; Encaminhamento para aluguel social ou benefícios habitacionais; Inclusão da população migrante, refugiada e apátrida em programas habitacionais existentes.
10	Pacaraima/RR	Acompanhamento familiar no âmbito do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família); Oferta de abrigos ou casas de passagem específicas para essa população.
11	Porto Seguro /BA	Encaminhamento para rede de serviços (saúde, educação, trabalho, regularização migratória etc.); Encaminhamento para aluguel social ou benefícios habitacionais.
12	Caxias do Sul (RS)	Parcerias com organizações da sociedade civil ou organismos internacionais para ações conjuntas.

No que se refere à moradia, observa-se que a oferta de abrigos ou casas de passagem específicas para MRA é a principal resposta adotada, presente em seis dos doze municípios: Itabuna/BA, Sinop/MT, Corumbá/MS, Marabá/PA, Nova Iguaçu/RJ e Pacaraima/RR. Em paralelo, quatro municípios — Itabuna/BA, Foz do Iguaçu/PR, Nova Iguaçu/RJ e Porto Seguro/BA — relatam o encaminhamento de pessoas MRA para aluguel social ou acesso a benefícios habitacionais. Destacam-se ainda Foz do Iguaçu/PR e Nova Iguaçu/RJ que possuem ações de inclusão de MRA em programas habitacionais permanentes. Foz do Iguaçu/PR foi o único município que mencionou parcerias com ONGs ou organismos internacionais para oferta de moradia temporária, estratégia que amplia a capacidade de atendimento local.

De modo geral, as ações se concentram em respostas emergenciais e temporárias que, embora sejam essenciais, não asseguram a integração a longo prazo. Assim, é importante ampliar e fortalecer as políticas de moradia, de modo que, além de atender às emergências, contribuam efetivamente para a promoção da autonomia e da integração das pessoas MRA nas comunidades de acolhida.

A assistência social se destaca como o principal eixo de atuação dos municípios no atendimento à população MRA, com ações como encaminhamento para serviços públicos, acompanhamento familiar, capacitação técnica e parcerias institucionais.

O encaminhamento para redes de serviços — saúde, educação, trabalho e regularização migratória — é adotado por Itabuna/BA, Una/BA, Lauro de Freitas/BA, Distrito Federal/DF, Foz do Iguaçu/PR e Porto Seguro/BA. Já o acompanhamento familiar no âmbito do PAIF, é uma ação presente em Sinop/MT, Lauro de Freitas/BA, Distrito Federal/DF, Foz do

Iguaçu/PR, Nova Iguaçu/RJ e Pacaraima/RR. A capacitação de profissionais da assistência social sobre migração, refúgio e apatridia foi relatada por Sinop/MT, Lauro de Freitas/BA, Distrito Federal/DF e Foz do Iguaçu/PR e é uma ação essencial para qualificar o atendimento e garantir que os direitos das pessoas MRA sejam respeitados com sensibilidade cultural e conformidade normativa. Por fim, a articulação com organizações da sociedade civil e organismos internacionais, observada em Lauro de Freitas/BA, Distrito Federal/DF, Foz do Iguaçu/PR e Caxias do Sul/RS, evidencia a importância da atuação em rede para ampliar o alcance, otimizar recursos e incorporar expertises especializadas à resposta local.

No campo da educação, apenas o município de Sinop/MT relatou a implementação de ações específicas, com destaque para a busca ativa escolar, voltada a garantir o acesso de crianças e adolescentes migrantes, refugiados e apátridas ao sistema educacional.

Outro destaque foi o Distrito Federal, que relatou a produção de materiais informativos multilíngues sobre direitos socioassistenciais. Essa iniciativa é especialmente relevante diante das barreiras linguísticas enfrentadas por muitas pessoas MRA, e contribui diretamente para sua integração e para o acesso aos serviços públicos. Para além disso, é importante destacar que já existem diversos materiais gratuitos disponíveis, que podem ser utilizados pelos municípios. Um exemplo é o material produzido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) sobre os direitos socioassistenciais disponíveis.

Com o objetivo de mapear ações concretas desenvolvidas nos territórios, foi perguntado aos municípios se já haviam implementado ou desenvolvido alguma iniciativa, projeto ou boa prática voltada ao atendimento de pessoas MRA que pudesse ser compartilhada com outras cidades, como materiais informativos, cursos de capacitação ou outras ações. O quadro a seguir sistematiza as respostas recebidas.

Quadro 5 - Iniciativas, projetos ou boas práticas para atendimento a MRA

Nº	Município	Iniciativa, Projeto ou Boa Prática
1	Amparo/SP	Não, no momento o município tem buscado contato com a OIM, o CONARE e a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, com o objetivo de adquirir a expertise necessária para aprimorar os serviços públicos e sua atuação.
2	Itabuna/BA	Evento "Democracia, Direitos Humanos e Migração" com apoio da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) e Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados da Universidade Federal da Ba (NAMIR/UFBA).

3	Una/BA	Não
4	Lauro de Freitas/BA	Sim
5	Distrito Federal/DF	Criação do CREAS Migrante.
6	Sinop/MT	1º Encontro de Migrações em maio de 2023 com participação de migrantes e órgãos internacionais (ONU, OIT, ACNUR).
7	Corumbá/MS	Parceria com empresários locais para inserção no mercado de trabalho.
8	Juiz de Fora/MG	Feira Cultural; cursos para empreendedores; curso de português; tradução de materiais informativos (sobre Lei Maria da Penha, CadÚnico, CRAS, CREAS), formação e capacitação de servidores e trabalhadores.
9	Marabá/PA	Não específico
10	Foz do Iguaçu/PR	Cursos de capacitação para servidores em parceria com Universidade Federal da Integração Latino-Americana
11	Maringá/PR	Cartazes e folders sobre serviços públicos; lei para selo de qualidade a empresas que acolhem MRA.
12	Nova Iguaçu/RJ	Cartilhas informativas para usuários e profissionais do SUAS.
13	Caxias do Sul/RS	Grupo de acompanhamento para mulheres venezuelanas no CRAS por 12 meses em 2023.
14	Itajaí/SC	Projeto para qualificar acolhimento aos MRA (https://itajai.sc.gov.br/noticias/26883/itajai-pode-ter-politica-publica-para-qualificar-acolhimento-aos-migrantes).
15	Pacaraima/RR	Projeto "Construindo Sonhos".
16	Porto Seguro/BA	Não, ainda em construção.
17	São Francisco do Conde/BA	Atividades realizadas e projetadas especialmente para a população africana.

A partir das respostas obtidas, observa-se que a maior parte dos municípios já desenvolveu ou está em processo de implementação de alguma iniciativa direcionada à população MRA, o que revela um cenário de avanços importantes na institucionalização de práticas locais voltadas à acolhida, integração e promoção de direitos.

Algumas experiências se destacam pela capacidade de mobilizar diferentes atores e setores. É o caso dos eventos e espaços de participação, como o "1º Encontro de Migrações" realizado em Sinop/MT e o evento temático em Itabuna/BA, que contaram com a presença

de MRA, órgãos internacionais e universidades, promovendo visibilidade, escuta ativa e articulação intersetorial.

Outro ponto relevante está nas ações de capacitação e qualificação, como em Foz do Iguaçu/PR, que articulou cursos com apoio universitário, e Juiz de Fora/MG que implementou um conjunto de formações e atividades práticas, desde feiras culturais até capacitação de servidores e cursos de língua portuguesa. Caxias do Sul/RS também representa uma experiência relevante com o acompanhamento prolongado de mulheres venezuelanas.

Destaca-se ainda a produção e disseminação de materiais informativos, como folders e cartilhas em Maringá/PR e Nova Iguaçu/RJ, que contribuem para facilitar o acesso aos serviços públicos por parte da população migrante e melhorar o atendimento por parte dos profissionais do SUAS.

Também se destacam iniciativas voltadas à inserção no mercado de trabalho, como a parceria de Corumbá/MS com empresas locais, o selo de qualidade para empresas acolhedoras em Maringá/PR e o Projeto “Construindo Sonhos” em Pacaraima/RR, que busca promover a autonomia de migrantes.

Por outro lado, alguns municípios indicaram que ainda não possuem ações específicas, mas estão em fase de articulação e planejamento, como Amparo/SP e Porto Seguro/BA, apontando para desafios ainda presentes, como a escassez de recursos, falta de capacitação técnica e necessidade de articulação com entes federativos e organizações da sociedade civil.

Em resumo, as respostas evidenciam uma diversidade de estratégias, em diferentes níveis de consolidação, que incluem ações educativas, culturais, de qualificação profissional, comunicação social e articulação com organismos nacionais e internacionais. Isso reforça a importância da troca de experiências e da criação de redes de cooperação para que boas práticas possam ser adaptadas e replicadas em diferentes contextos municipais.

Dos 17 municípios que preencheram o formulário, 11 relataram possuir alguma política pública ou legislação específica voltada para pessoas MRA. O quadro a seguir apresenta os municípios que indicaram possuir iniciativas formais, como comitês, conselhos, centros de referência, planos municipais ou normativos específicos.

Quadro 6 - Políticas Públicas e Legislação Específica para MRA

Nº	Município	Política Pública ou Legislação Específica
1	Itabuna/BA	Comitê para imigrantes.
2	Lauro de Freitas/BA	Comitê Municipal de Migrantes, Refugiados e Apátridas; Centro de Referência e Apoio aos Migrantes (em fase de reestruturação).

3	Sinop/MT	RESOLUÇÃO Nº 002/CME/2018/SINOP-MT
4	Juiz de Fora/MG	Decreto nº 15.952, de 20 de junho de 2023 – Plano Municipal de Políticas para População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada.
5	Marabá/PA	Comitê de Refúgio; Decreto específico sobre imigrantes Warao.
6	Foz do Iguaçu/PR	Protocolo municipal e Decreto municipal.
7	Maringá/PR	Gerência de Migrantes; Centro de Referência e Acolhimento ao Imigrante (CRAI); Conselho Municipal dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas.
8	Nova Iguaçu/RJ	Plano Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas 2024.
9	Caxias do Sul/RS	Centro de Informações ao Imigrante (CIAI) da Diretoria de Proteção Social da Segurança Pública.
10	Itajaí/SC	Políticas públicas robustas de acolhimento ao migrante, desenvolvidas com participação da Universidade do Vale do Itajaí.
11	Porto Seguro/BA	Início de trabalhos com base na Operação Acolhida.

A maioria dos municípios que responderam possui alguma política pública, órgão ou legislação específica voltada à população MRA, isso revela uma diversidade de estratégias adotadas pelos municípios para atender a população MRA, com diferentes níveis de institucionalização e abrangência. A presença de estruturas como comitês e conselhos municipais, identificada em localidades como Itabuna/BA, Lauro de Freitas/BA, Marabá/PA e Maringá/PR, demonstra a valorização de espaços participativos e colegiados para a formulação, coordenação e monitoramento das políticas migratórias locais. Esses mecanismos favorecem a articulação intersetorial e a escuta ativa das demandas das comunidades MRA.

Além disso, a criação de centros de referência, como o CRAI em Maringá/PR e o CIAI em Caxias do Sul/RS, evidencia a preocupação com o atendimento direto, humanizado e especializado, oferecendo orientação, serviços e encaminhamentos que facilitam o acesso a direitos e a integração social.

Outro ponto importante é a existência de planos municipais e normativas específicas, como os decretos de Juiz de Fora/MG, Nova Iguaçu/RJ e Foz do Iguaçu/PR, bem como a resolução municipal de Sinop/MT. Esses instrumentos conferem maior formalidade e estabilidade às ações, o que permite o planejamento de médio e longo prazo e reforça a segurança jurídica das iniciativas.

Itajaí/SC se destaca por incorporar a participação da universidade na construção das políticas migratórias, o que favorece a inovação e fortalece o diálogo entre a gestão pública e a academia. Já Porto Seguro/BA apresenta um estágio inicial de organização, ancorado na Operação Acolhida, evidenciando a influência das ações federais na mobilização local.

Em resumo, os dados revelam um cenário promissor entre os municípios respondentes, marcado por diferentes experiências que se complementam e contribuem para a consolidação de uma agenda migratória e de refúgio local comprometida com os direitos humanos, a valorização da diversidade e a promoção da inclusão. As iniciativas observadas, desde a criação de centros de referência e espaços participativos até a elaboração de normativas específicas e parcerias com universidades, evidenciam avanços importantes na institucionalização das políticas migratórias em nível municipal. O fortalecimento e a expansão dessas ações são fundamentais para garantir respostas eficazes, articuladas e sustentáveis às demandas da população MRA no Brasil.

1.5 Comitês e Conselhos Municipais

Apresenta-se a seguir um levantamento sobre a existência e o funcionamento dos comitês e conselhos municipais voltados à migração, refúgio e apatridia. Esses espaços são essenciais para a formulação e monitoramento de políticas públicas locais, pois promovem a articulação entre setores públicos e a participação social. O quadro detalha a situação dessas instâncias nos municípios que responderam ao formulário, e destaca práticas e desafios na governança migratória e de refúgio.

Quadro 7 - Existência e Funcionamento de Comitê ou Conselho Municipal para Migração, Refúgio e Apatridia

Nº	Município	Comitê ou Conselho Municipal para Migração, Refúgio e Apatridia	Status do Funcionamento
1	Amparo/SP	Sim	Funcionamento regular
2	Itabuna/BA	Sim	Funcionamento regular
3	Una/BA	Sim	Em processo de estruturação
4	Lauro de Freitas/BA	Sim	Em processo de estruturação
5	Distrito Federal/DF	Sim	Em processo de estruturação
6	Sinop/MT	Não	Não existe
7	Corumbá/MS	Sim	Funcionamento irregular
8	Juiz de Fora/MG	Sim	Funcionamento regular
9	Marabá/PA	Sim	Funcionamento regular
10	Foz do Iguaçu/PR	Sim	Funcionamento irregular
11	Maringá/PR	Sim	Funcionamento regular
12	Nova Iguaçu/RJ	Sim	Em processo de estruturação

13	Caxias do Sul/RS	Não informado	—
14	Itajaí/SC	Sim	Em processo de estruturação / Não informado
15	Pacaraima /RR	Não	Não existe
16	Porto Seguro/BA	Sim	Em processo de estruturação
17	São Francisco do Conde/BA	Sim	Em processo de estruturação

A maioria dos municípios que responderam ao formulário possui algum tipo de comitê ou conselho municipal voltado às questões de migração, refúgio e apatridia. Isso evidencia um reconhecimento da importância de estruturas institucionais dedicadas à formulação, coordenação e monitoramento de políticas públicas voltadas à população MRA.

No entanto, observa-se uma diversidade nos estágios de funcionamento dessas instâncias, o que revela desigualdades na consolidação dessas estruturas entre os municípios:

- Funcionamento regular: Municípios como Amparo/SP, Itabuna/BA, Juiz de Fora/MG, Marabá/PA e Maringá/PR contam com comitês em pleno funcionamento. Esses casos representam boas práticas de institucionalização e sinalizam uma governança ativa e contínua no tema migratório e de refúgio.
- Funcionamento irregular: Em Corumbá/MS e Foz do Iguaçu/PR, apesar da existência de comitês, a atuação ocorre de forma intermitente ou limitada. Essa situação pode comprometer a efetividade das políticas e a continuidade das ações voltadas à população MRA.
- Em processo de estruturação: Uma parcela expressiva dos municípios encontra-se em fase de criação, reativação ou reorganização dos comitês, como é o caso de Una/BA, Lauro de Freitas/BA, Distrito Federal/DF, Nova Iguaçu/RJ, Itajaí/SC, Porto Seguro/BA e São Francisco do Conde/BA. Essa etapa representa uma oportunidade estratégica para construir instâncias participativas, capazes de promover articulação intersetorial e ampliar o diálogo com a sociedade civil.
- Não existem ou não informado: Sinop/MT e Pacaraima/RR declararam não possuir comitês ou conselhos voltados à pauta migratória e de refúgio. Já em Caxias do Sul/RS e parcialmente em Itajaí/SC, não houve informação clara sobre a existência ou funcionamento desses espaços.

Apesar dos avanços na criação de comitês e conselhos municipais, a consolidação e o funcionamento regular dessas instâncias ainda enfrentam desafios significativos. A fase de estruturação em que muitos municípios se encontram é uma oportunidade para fortalecer a governança migratória e de refúgio local, garantir maior estabilidade institucional e aprimorar a participação social na formulação das políticas públicas. Dessa forma, o fortalecimento desses espaços é essencial para assegurar respostas coordenadas e sustentáveis às demandas

da população MRA, e contribuir para uma política migratória e de refúgio mais inclusiva e democrática no âmbito municipal.

1.6 Percepções sobre a contribuição da RNCA para o fortalecimento das ações locais

Com o objetivo de compreender a percepção das gestões locais sobre o papel da RNCA, foi perguntado aos municípios: “de que forma a participação do município na RNCA pode contribuir para o aprimoramento das ações locais voltadas às pessoas migrantes, refugiadas e apátridas?” As respostas recebidas revelam uma valorização expressiva da RNCA enquanto espaço de articulação federativa, apoio técnico e troca de experiências, além de apontarem seus impactos positivos no planejamento, na qualificação das políticas públicas e na ampliação do protagonismo dos municípios na agenda migratória nacional. O quadro a seguir sistematiza as contribuições apontadas.

Quadro 8 - Participação na RNCA para o aprimoramento das ações locais

Nº	Município	Opinião sobre a Contribuição da RNCA
1	Amparo/SP	Canal de diálogo entre municípios, estados e União; troca de experiências; fortalecimento de políticas públicas; definição de estratégias; apoio técnico e ferramentas.
2	Itabuna/BA	Capacitação técnica; sensibilização de secretaria sobre o trabalho em rede.
3	Una/BA	(Sem resposta)
4	Lauro de Freitas/BA	Compartilhamento de boas práticas através dos serviços ofertados.
5	Distrito Federal/DF	Incentivo à criação de políticas públicas; formação de profissionais; planejamento estratégico especialmente em Assistência Social, Saúde e Educação.
6	Sinop/MT	Apoio técnico; fomento de investimentos; mobilização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas locais. Criação de banco de dados no município.
7	Corumbá/MS	Orientações técnicas para planejamento e implementação de políticas públicas; conhecer experiências exitosas de outras cidades.
8	Juiz de Fora/MG	Fortalecimento da articulação intersetorial; integração federativa; troca de experiências e boas práticas; capacitação; apoio técnico, investimentos e recursos para qualificar e criar serviços e ações a nível local.
9	Marabá/PA	Garantia de direitos; oportunidade de emprego, escolarização e transferências de renda.
10	Foz do Iguaçu/PR	Conhecimento de boas práticas; fontes de financiamento; troca de experiências; organização de ações coletivas impactantes.

11	Maringá/PR	Apoio importante com troca de experiências; construção conjunta de políticas públicas para uma realidade crescente.
12	Nova Iguaçu/RJ	Fortalecimento da rede setorial; estruturação e monitoramento das ações de integração nas políticas setoriais.
13	Caxias do Sul/RS	Aproximação com outras gestões municipais para pensar novas estratégias de atendimento.
14	Itajaí/SC	Debate e aprendizado; boas práticas de inserção socioeconômica; necessidade de autoridade nacional para integração migratória. Instrumentalização do poder público para desenvolver políticas específicas.
15	Pacaraima/RR	Políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social para migrantes e refugiados. Propor políticas públicas municipais nas mesmas áreas (educação, saúde, assistência social).
16	Porto Seguro/BA	Troca de experiências.
17	São Francisco do Conde/BA	Fortalecimento do comitê intersetorial; políticas públicas focadas na causa; garantia de proteção.

As contribuições relatadas pelos municípios demonstram ampla **valorização da RNCA** como um espaço de apoio e articulação para o aprimoramento das políticas locais voltadas a MRA. Entre os principais aspectos destacados, está a troca de experiências e boas práticas, considerada essencial para promover o aprendizado mútuo entre os municípios, a replicação de soluções bem-sucedidas e a construção coletiva de respostas mais qualificadas às demandas.

Outro ponto recorrente nas respostas foi o **apoio técnico e a capacitação** oferecidos pela Rede, que podem fortalecer a atuação dos profissionais e ampliar a capacidade institucional das gestões municipais. A integração federativa e a articulação intersetorial também são mencionadas como benefícios importantes da RNCA, uma vez que favorecem o alinhamento entre políticas públicas de diferentes áreas e esferas de governo.

Diferentes municípios apontam ainda que a Rede incentiva a **criação e o aprimoramento de políticas públicas locais, inclusive por meio da estruturação de comitês, conselhos e instrumentos de monitoramento**. A possibilidade de acesso a financiamentos e recursos, bem como o estímulo ao planejamento estratégico, são outros pontos valorizados, principalmente em áreas sociais como saúde, educação e assistência social.

Além dos ganhos técnicos e operacionais, as respostas evidenciam que a **RNCA** é reconhecida como um **espaço democrático e colaborativo**, que amplia o protagonismo dos municípios na agenda migratória e de refúgio no Brasil e fortalece o compromisso com a inclusão e a proteção de populações em situação de vulnerabilidade.

Em suma, a participação na RNCA é vista pelos municípios como uma ferramenta estratégica para qualificar a gestão pública, ampliar a rede de apoio e consolidar políticas mais efetivas e sensíveis às realidades migratórias e de refúgio locais.

2. Análise de variáveis estatísticas

Em complemento às respostas obtidas por meio do formulário aplicado aos municípios da rede, a análise foi ampliada com dados das plataformas **DataMigra BI**, do **Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)**, e do **Relatório Dinâmico “Imigrantes Residentes e Fronteiriços”**, do **Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA)**, disponibilizado pela **Polícia Federal**.

Esta análise abrangeu um total de **23 municípios**: os 21 que compõem formalmente a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA), além de dois que, embora ainda não tenham oficializado sua participação, preencheram o formulário de coleta, presente na primeira sessão deste relatório. Todas as informações foram sistematizadas em uma planilha, com o objetivo de subsidiar o diagnóstico local e regional sobre a presença e o perfil da população migrante, refugiada e apátrida (MRA) nos municípios.

O quadro abaixo apresenta a relação dos municípios considerados nesta análise:

Quadro 9 – Municípios analisados

Nº	Município/Estado
1	Amparo/SP
2	Araraquara/SP
3	Guarulhos/SP
4	Distrito Federal/DF
5	Corumbá/MS
6	Sinop/MT
7	Juiz de Fora/MG
8	Nova Iguaçu/RJ
9	Caxias do Sul/RS
10	Esteio/RS
11	Porto Alegre/RS
12	São Leopoldo/RS
13	Itajaí/SC
14	Foz do Iguaçu/PR
15	Maringá/PR
16	Pacaraima/RR

17	Marabá/PA
18	Recife/PE
19	Itabuna/BA
20	Lauro de Freitas/BA
21	Una/BA
22	Porto Seguro/BA*
23	São Francisco do Conde/BA*

*Municípios que não aderiram à RNCA formalmente.

Para compreender o **perfil da população MRA nos municípios**, as informações sistematizadas incluem a distribuição por gênero (feminino, masculino e não informado) e as nacionalidades com maior representatividade. O recorte temporal da análise foi de **2023 a abril de 2025**, o que nos permite acompanhar as tendências e dinâmicas recentes dessa população, e pode auxiliar na identificação de padrões e no desenvolvimento de estratégias eficazes de apoio. A análise estatística se baseou em três categorias principais de dados:

- **Registros de imigrantes residentes e fronteiriços na Polícia Federal:** Incluem dados atualizados sobre imigrantes com Registro Nacional Migratório (RNM) regular que possuem autorização de residência temporária, autorização de residência permanente ou que são fronteiriços.
- **Solicitações de refúgio:** Número de pessoas que buscam proteção internacional nos municípios analisados, por meio da solicitação do reconhecimento da condição de refugiado.
- **Decisões de refúgio:** Número de pessoas que tiveram seus pedidos de refúgio analisados, com decisão final proferida, seja de deferimento (concessão do refúgio) ou de indeferimento.

Um ponto de destaque na análise foi a **ausência de dados em diversos municípios** para variáveis-chave, como número de solicitações e decisões de refúgio. Municípios como Juiz de Fora/MG, Recife/PE, Porto Alegre/RS e Una/BA não apresentam essas informações, o que compromete a abrangência da análise e dificulta o entendimento sobre a realidade municipal. Essa lacuna pode estar relacionada a falhas no preenchimento do formulário ou ausência de sistemas de registro padronizados, o que reforça a importância de investimentos em qualificação de dados nos municípios.

2.1 Distribuição por gênero

De acordo com dados do DataMigra, entre 2023 e 2025, a distribuição por gênero entre pessoas **solicitantes de refúgio** apresenta **predominância do sexo masculino**. As proporções variam de 47% a 84% de homens, 15% a 52% de mulheres e de 0,003% a 2% de pessoas que optaram por não informar o gênero. Dentre todas as cidades, **Guarulhos/SP**

apresenta a maior proporção de solicitantes do sexo masculino (84,72%), **Araraquara/SP** destaca-se pela maior presença feminina (52,62%) e Maringá/PR concentra o maior número de pessoas que não quiseram se identificar (0,29%).

Ainda segundo o DataMigra, a distribuição por gênero das **decisões de refúgio** proferidas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) no mesmo período varia de 42% a 64% para homens, 14% a 57% para mulheres e 0,36% a 21% para pessoas que não se identificaram. Guarulhos/SP é a cidade com maior número de decisões favoráveis a homens maior número de decisões envolvendo pessoas que optaram por não se identificar, e Sinop/MT lidera nas decisões para mulheres.

Por sua vez, a análise de gênero com base nos dados do Relatório Dinâmico “**Imigrantes Residentes e Fronteiriços**”, vinculado ao SISMIGRA, revela uma predominância masculina nos registros da Polícia Federal de pessoas imigrantes residentes e fronteiriças. As proporções variam de 49% a 80% de homens, 20% a 49% de mulheres e de 0,02% a 0,32% de pessoas que não quiseram informar o gênero. Una/BA é a cidade com maior número de imigrantes residentes e fronteiriços homens, Maringá/PR de mulheres, e Foz do Iguaçu/PR com maior número de pessoas que não quiseram se identificar.

2.2 Distribuição por nacionalidade

Os 23 municípios analisados possuem pessoas oriundas de diversos países. De acordo com o Relatório Dinâmico “Imigrantes Residentes e Fronteiriços”, vinculado ao SISMIGRA, no período de 2023 a 2025, destaca-se **Brasília/DF** como a cidade com maior diversidade nacional, registrando a presença de imigrantes de **111 nacionalidades distintas**. Em seguida, aparecem Porto Alegre/RS (84), Recife/PE (73) e Juiz de Fora/MG (47). Em contraste, os municípios com menor diversidade de nacionalidades são: Una/BA, com apenas 3 nacionalidades registradas, seguido de São Francisco do Conde/BA (5), Pacaraima/RR (8) e Corumbá/MS (10).

Ainda de acordo com o relatório, as **cinco nacionalidades** mais presentes no Brasil são: venezuelana (531.321 pessoas), boliviana (154.304), portuguesa (131.645), haitiana (118.412) e argentina (95.343). Entre os municípios analisados, aqueles que registraram o maior número de imigrantes dessas nacionalidades, no período de 2023 a 2025, foram: Pacaraima/RR, com 16.863 pessoas venezuelanas; Guarulhos/SP, com 6.980 bolivianas e 1.972 portuguesas; Porto Alegre/RS, com 3.703 haitianas; e Foz do Iguaçu/PR, com 2.337 argentinas.

No que se refere às solicitações de refúgio, em maio de 2025, foram registradas 35.640 solicitações oriundas da cidade de Pacaraima/RR, 12.056 de Guarulhos/SP e 1.410 de Foz do Iguaçu/PR. No mesmo período, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) proferiu 2.175 decisões em todo o país. Entre os municípios analisados, Pacaraima/RR foi o que recebeu o maior número de decisões, totalizando 881 — sendo 4 para pessoas de

nacionalidade síria e 877 para venezuelanas. Guarulhos/SP, por sua vez, destacou-se pela diversidade de nacionalidades entre os casos deferidos, com 29 decisões distribuídas entre pessoas de 10 países distintos: Afeganistão, Benin, Burkina Faso, Egito, Estado da Palestina, Iraque, Mali, Nigéria, Síria e Somália.

2.3 Tendências temporais

Nos últimos cinco anos, entre 2020 e 2025, o Brasil observou um fluxo significativo de migração e refúgio, conforme dados dos sistemas SISMIGRA e CONARE.

O SISMIGRA registrou a entrada de **734.634** imigrantes no Brasil. Entre os municípios analisados, Pacaraima/RR se destacou com o maior número de registros, totalizando 19.723 entradas, seguida por Guarulhos/SP, com 6.358 registros. Essa concentração em Pacaraima é esperada, dada sua localização na fronteira com a Venezuela, principal porta de entrada para muitos migrantes e refugiados venezuelanos no país. Guarulhos, por sua vez, sendo um grande centro urbano e com um aeroporto internacional de relevância, atrai um volume considerável de imigrantes que buscam oportunidades ou se deslocam para outras localidades.

No mesmo período, o CONARE recebeu 258.815 solicitações de refúgio, indicando um aumento nessa modalidade. Os municípios que mais se destacaram em número de solicitações foram: Pacaraima/RR, com 86.261; Guarulhos/SP, com 17.738; e Foz do Iguaçu/PR, com 2.502. O expressivo volume de solicitações em Pacaraima e Guarulhos reforça o papel dessas cidades como portos de entrada para a população em busca de proteção internacional, enquanto Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, também demonstra ser um ponto relevante para esse fluxo.

O número de decisões de refúgio proferidas pelo CONARE totalizou 413.272 nos últimos cinco anos. Os municípios com maior volume de decisões foram: Pacaraima/RR, com 69.426; Guarulhos/SP, com 46.229; e Foz do Iguaçu/PR, com 2.714. A quantidade de decisões emitidas, em comparação com o número de solicitações, destaca a complexidade e o volume de trabalho do CONARE, bem como a necessidade de estruturas de acolhimento e suporte nos municípios mais impactados por esses fluxos.

2.4 Tendências regionais

As cinco regiões do Brasil estão representadas na RNCA, mas ainda há muito o que se avançar para maior adesão de municípios importantes para a pauta migratória e de refúgio.

Atualmente, a **região Norte** é representada pelas cidades de Pacaraima/RR e Marabá/PA, sendo a primeira considerada o epicentro da diáspora venezuelana, com o maior volume de registros, solicitações e decisões de refúgio; e a segunda, com perfil mais diversificado, com presença significativa de colombianos, venezuelanos e haitianos.

A **região Nordeste** apresenta perfil diversificado de migração, refúgio e apatridia. Recife/PE destaca-se pela variedade de nacionalidades (73 diferentes), incluindo forte presença colombiana e estadunidense. No estado da Bahia, observa-se grande diversidade: Lauro de Freitas mostra predominância chinesa, venezuelana e colombiana; Porto Seguro apresenta presença argentina, venezuelana e italiana; Itabuna registra presença colombiana, haitiana e afegã; Una apresenta as nacionalidades afegã, italiana e belga; e São Francisco do Conde concentra imigrantes africanos (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique).

No que tange à **região Centro-Oeste**, Brasília/DF aparece como importante centro receptor de MRA e ampla diversidade de nacionalidades (111 diferentes). A presença de pessoas venezuelanas, colombianas estadunidenses reflete tanto a posição da capital federal quanto as oportunidades econômicas. Sinop/MT destaca-se pela presença venezuelana, haitiana e colombiana; e Corumbá/MS mostra forte presença boliviana devido à proximidade fronteiriça.

A **região Sudeste** é representada por estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Guarulhos/SP constitui importante portal de entrada, especialmente para asiáticos, com destaque para nepaleses e indianos. Esta concentração relaciona-se provavelmente à proximidade do Aeroporto Internacional de São Paulo. Outras cidades paulistas mostram perfis distintos: Araraquara apresenta presença venezuelana, colombiana e sueca; Amparo registra venezuelanos, marroquinos e argentinos em menor escala. Em Minas Gerais, Juiz de Fora destaca-se pela diversidade com 47 nacionalidades, predominando venezuelanos, colombianos e americanos. Nova Iguaçu/RJ apresenta perfil mais diversificado com presença colombiana, afegã e peruana.

Por fim, a **região Sul** apresenta padrão distintivo com forte presença venezuelana, haitiana e argentina. Caxias do Sul/RS destaca-se pela presença venezuelana, haitiana e argentina; Porto Alegre/RS apresenta grande diversidade de nacionalidades (84 diferentes). Outras cidades gaúchas como Esteio mostram presença venezuelana, uruguaia e argentina, enquanto São Leopoldo registra venezuelanos, haitianos e argentinos. Foz do Iguaçu/PR mantém seu papel histórico como cidade fronteiriça, com predominância paraguaia e venezuelana; Maringá/PR apresenta perfil diversificado com pessoas venezuelanas, haitianas e colombianas; e Santa Catarina e Itajaí destacam-se com 44 nacionalidades diferentes, predominando as nacionalidades venezuelana, haitiana e argentina.

3. Considerações finais

O panorama migratório nos municípios membros da RNCA e em outros municípios que responderam ao formulário de levantamento demonstra um cenário dinâmico, marcado tanto por avanços quanto por desafios significativos no acolhimento e integração de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas (MRA). A maioria dos municípios respondentes reconhece a importância da temática, o que se reflete no desenvolvimento de políticas, programas e

iniciativas específicas, bem como na criação de estruturas institucionais como comitês e conselhos.

A diversidade de estratégias adotadas, desde ações emergenciais de moradia até programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho, revela uma capacidade de resposta e adaptação às realidades locais. A valorização da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) pelos municípios, como um espaço de diálogo, troca de experiências, apoio técnico e articulação federativa, é um indicativo do potencial da Rede para fortalecer as ações locais e impulsionar a governança migratória e de refúgio no Brasil.

No entanto, o levantamento também evidencia lacunas e desafios persistentes. A baixa participação em seções como "Saúde", "Educação" e "Trabalho e Qualificação Profissional" aponta para a necessidade de maior engajamento e coleta de dados nessas áreas cruciais para a integração plena das MRA. As barreiras linguísticas, a capacitação insuficiente de profissionais, a discriminação e a falta de orçamento público e de políticas públicas locais específicas permanecem como entraves sistêmicos. A dificuldade na coleta e sistematização de dados é outro ponto crítico, que compromete o planejamento eficaz e a avaliação das ações.

Ressalta-se que para avançar, é fundamental que os municípios, com o apoio da RNCA, invistam na qualificação dos mecanismos de registro e monitoramento da população MRA, aprimorem a capacitação continuada de servidores em sensibilidade intercultural e direitos humanos, e busquem estratégias eficazes para eliminar as barreiras linguísticas e combater a xenofobia. A ampliação do orçamento público e a formulação de políticas públicas locais robustas e específicas para a população MRA são essenciais para garantir a sustentabilidade das ações.

Por fim, o fortalecimento dos comitês e conselhos municipais, garantindo seu funcionamento regular e sua capacidade de promover a articulação intersetorial e a participação social, é crucial para uma governança migratória e de refúgio mais inclusiva e democrática. As boas práticas identificadas no relatório servem como um valioso ponto de partida para a troca de experiências e a replicação de soluções adaptadas a diferentes contextos locais, contribuindo para uma acolhida digna e a plena integração da população migrante, refugiada e apátrida no Brasil.